

EMPREENDIMENTOS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL: O CASO DE CASTELO BRANCO

George Manuel de Almeida Ramos*

RESUMO

A análise das condições de localização empresarial em Portugal, em empreendimentos concebidos para o efeito, permite verificar que na maior parte das situações se desvalorizaram alguns dos elos da cadeia de valor do negócio da concepção, implementação e gestão de Parques Empresariais, facto que se tem reflectido numa atractividade insatisfatória dos parques empresariais, na sua inadequação às necessidades dos territórios em que se inserem, em dificuldades de promoção e comercialização de lotes para instalação de indústrias e na incapacidade de atrair investidores privados. Deste modo, não é invulgar encontrar empreendimentos de acolhimento empresarial degradados, com grandes problemas funcionais e de manutenção, maioritariamente ocupados por armazéns, depósitos de materiais de construção, empresas de comércio e de reparação automóvel - actividades associadas a efeitos multiplicadores diminutos e cujo contributo para processos sustentados de desenvolvimento, salvo no que concerne ao aumento de postos de trabalho, é perfeitamente negligenciável, dada a sua reduzida capacidade indutora de actividades e sectores estruturantes.

1. ENQUADRAMENTO

De acordo com Romus (1990), as políticas regionais respondem ao objectivo de trazer um pouco mais de justiça na distribuição do bem-estar e, em consequência, na repartição mais equilibrada das actividades económicas, do desenvolvimento e do rendimento. São essencialmente medidas voluntaristas, adoptadas pelos Estados, que tendem a provocar o desenvolvimento em regiões “deixadas por conta”. Este autor considera fundamental, para o desenvolvimento regional, o equipamento das regiões em infraestruturas industriais; daí as zonas ou parques industriais. Acrescenta que o desenvolvimento regional é uma política de incitamento à implantação de empresas industriais, artesanais ou de serviços em zonas menos desenvolvidas, atraindo os empresários pela concessão de “ajudas” regionais, substanciadas em bonificações de juros, prémios de emprego, exonerações fiscais, tarifas especiais de transportes, etc.

A evidência, segundo Guesnier (1998) permite determinar que o crescimento, a um nível regional, acontece devido ao facto de uma determinada região se inserir numa forte “macro-região” económica, cujos efeitos difusores preenchem as “terras-de-ninguém” entre centros urbanos ou, em alternativa, esse desenvolvimento verifica-se por via da existência de pólos em torno de um sistema produtivo local, que geram desenvolvimento local por integrarem potencial inovador.

As escolhas, em termos das combinações eficazes, de equipamentos (produtivos, residenciais, de comunicação), a criação e repartição das externalidades, que são, a longo

*Docente na Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova

prazo e ao nível macroeconómico, os factores capitalistas mais fundamentais do progresso, salientam a importância da planificação (Perrin, 1974). De acordo com Lopes (1984) e Perrin (1974) as regiões são sistemas de desenvolvimento abertos, o que implica uma concepção dinâmica de planeamento. Este dinamismo envolve duas perspectivas de planeamento (Lopes, 1984): a primeira, adaptativa ou passiva (conjuntural), envolve a criação de uma capacidade de resposta eficiente face à evolução cíclica do sistema espacial; a segunda, desenvolvimentista ou activa (estrutural), corresponde à promoção de um processo sustentado e rápido de desenvolvimento que conduza a um modelo de evolução de organização espacial.

A discussão sobre a forma de desenvolvimento de um país continua em aberto. No entanto, segundo Soares (1974), quando se pretende alcançar o objectivo do bem-estar da população, deve-se procurar o desenvolvimento das áreas atrasadas concentrando esforços em centros regionais de desenvolvimento, procurando criar empregos e infraestruturas (supondo disponibilidade de mão-de-obra), minimizando os custos sociais.

O conceito de região funcional foi importante para a teoria da economia espacial desenvolvida por Isard (1956), Boudeville¹ (1970), Perroux (1991) e Paelinck (1985). Uma das suas teorias, o pólo de crescimento, interliga o desenvolvimento das cidades e das regiões: o pólo de crescimento, como uma unidade espacial, modifica as estruturas regionais de tal forma que a taxa de crescimento do produto global regional aumenta. A região está, neste caso, ligada a um pólo central de desenvolvimento, considerando que existe um ambiente planeado de propagação da(s) actividade(s) económica(s). Esta é a “teoria do meio” (millieu theory), proposta por Maillat e Vasserot (1986), que considera que, devido às suas características sociais e económicas inerentes, cada região pode oferecer oportunidades de negócios integradas num contexto de relações cooperativas que favorecem o seu desenvolvimento.

2. OS MODELOS FUNDADORES DA ANÁLISE ESPACIAL

O conceito de espaço foi muito lentamente integrado na análise económica, num processo que continua em aberto nos dias de hoje. Desde os mercantilistas (Bodin e Montchrestien, Petty e Cantillon), passando pelo “esquecimento” dos clássicos até à redescoberta no século XX, podem distinguir-se (Ponsard, 1988) quatro paradigmas principais:

- Von Thünen: do espaço rural ao espaço urbano. Von Thünen é o primeiro autor a propor uma reflexão, pertinente e moderna, sobre a organização do espaço rural. Demonstra que, considerando um espaço com propriedades bastante particulares, a localização das produções agrícolas obedece a uma lógica de maximização da renda predial, líquida dos custos de transporte, para uma dada tecnologia. Esta lógica traduz-se, no espaço rural, sob a forma de coroa concêntricas, à volta de uma cidade, ponto de escoamento único da produção agrícola.
- Weber: a explicação das localizações industriais. Weber procura determinar analiticamente a implantação óptima de uma empresa no espaço, considerando três pontos fixos: dois lugares de extracção de matérias primas e um lugar de escoamento do produto final. Este é o problema do “triângulo de Weber”, que foi generalizado a m lugares de extracção e a n pontos de venda, tal como à localização de unidades poluentes, de serviços públicos locais, etc.
- Hotelling e Palander: o duopólio espacial entre produtores. Hotelling propôs-se

¹ Tanto Boudeville (1970) como Perroux (Lajugie et alli, 1985) e Richardson (1986) consideram três noções de região/espaço: a região homogénea (*région homogène*), caracterizada pela maior ou menor uniformidade; a região polarizada (*région polarisée*), analisada pela interdependência e pela hierarquia das diversas partes; e a região-plano (*région-plan*), caracterizada pela existência de um centro principal de decisão. Cada um dos conceitos corresponde a um modo diferente de agregação, num sentido diferente de integração. O conceito de região funcional referida corresponde, nestes autores, à região polarizada.

explicar as estratégias de localização e de preços de dois vendedores/produtores que disputam uma clientela homogénea num determinado segmento. Palander propõe um algoritmo que determina as fronteiras das áreas de mercado respectivas de dois produtores em todos os casos possíveis: preços de produção iguais ou diferentes, tarifas de transporte idênticas ou não, mercado linear ou não, etc. Instituiu também o método das isolinhas², que Pareto e Christaller aplicaram.

Christaller e Lössch: a organização espacial de redes e de territórios. Christaller analisou a formação e a hierarquia das redes urbanas no Sul da Alemanha. Demonstrou a correspondência entre a população das cidades, a extensão das suas zonas de influência e o lugar que elas ocupam na hierarquia urbana. Lössch estende a abordagem geográfica de Christaller à génese das paisagens económicas que se organizam em regiões e em redes de regiões.

Perrin (1974) refere que é possível proceder a uma gestão das estruturas económicas que potencializem o desenvolvimento e minimizem o impacto do desequilíbrio espacial, desde que exista uma clara consciência que o desenvolvimento se consegue por mudanças estruturais, que as estruturas económicas e as estruturas espaciais estão indissociavelmente ligadas e que a evolução espacial dinâmica da economia se desenvolve por desequilíbrios no tempo (mudanças estruturais no seio das regiões) e no espaço (numa dada época, diferenças de níveis de estrutura entre regiões).

Não é por acaso que a teoria dos pólos de desenvolvimento atraiu a atenção dos economistas e investigadores regionais. Por um lado, porque a criação de pólos de desenvolvimento não é tão claramente demonstrada como num espaço geográfico; por outro, o carácter global da teoria dos pólos de desenvolvimento, ou seja, a sua capacidade de integrar os aspectos mais relevantes do desenvolvimento, é importante ao nível regional na medida em que o sucesso ou o fracasso de desenvolvimento de uma região é atribuído, normalmente, a um complexo grupo de relações entrelaçadas de causas e efeitos (Hermansen, 1972).

3. TEORIAS DE LOCALIZAÇÃO

“According to an old saying of regional economists, there are only three variables in regional growth: location, location and location!” (Blakely, 1994: 55). Esta afirmação tem a ver com o facto de as empresas tenderem a localizar-se onde minimizem os seus custos (com o trabalho, com a energia, com o transporte, com a proximidade dos fornecedores, etc.) e onde maximizem benefícios (por exemplo, ajudas locais) e acesso aos mercados. Contudo, cada vez mais, não são apenas estas as variáveis tidas em conta na localização das empresas. Novos aspectos, como a tecnologia e as telecomunicações, crescentemente globais e acessíveis, a qualidade de vida e as preocupações ecológicas, afectam a localização.

No teoria dos distritos industriais, Marshall recorre à imagem de atmosfera industrial para designar a formação e a acumulação de competências; este facto sugere que o mercado local de trabalho se encontra integrado no processo cultural de uma região, factor essencial para o desenvolvimento industrial. O autor liga explicitamente a cooperação (ao nível de troca de ideias) e o aumento de competências ao nível do processo de inovação (Gaffard, 1990). Os distritos industriais aparecem sob formas particulares de segmentação funcional e territorial dos processos de produção, resultado da interacção entre as estratégias empresariais e as políticas económicas dos poderes públicos locais. Desta forma, salienta-se a eficiência locacional das indústrias devido à redução dos custos de transporte, possível pela

² Linhas que ligam pontos com características muito semelhantes, como as isochrones (duração do transporte) e as isodapanes (fretes de transporte iguais para matérias primas e para produtos finais).

proximidade geográfica e socio-cultural, e à presença de economias externas (ou economias distritais), que realizam a referida atmosfera industrial e permitem a redução de desvantagens das grandes para as pequenas empresas (Camagni, 1991).

Sthör (1986) defende que, na explicação do crescimento em economias locais/regionais, um importante passo foi dado na passagem das teorias de localização industrial, que se encontram mais preocupadas com a importância de factores específicos em determinados sectores, para a teoria dos pólos de desenvolvimento de Perroux e para a extensão em termos espaciais preconizada pelos pólos de crescimento localizado de Boudeville.

Perroux (in Hansen, 1977), defende que o aspecto fundamental de desenvolvimento espacial (e sectorial) tem a ver com o facto de que o desenvolvimento não acontece de forma homogénea, mas sim em pólos (ou pontos ou centros) regionais de poder económico, ligando o processo de crescimento às indústrias. Aydalot chama a atenção para a relação não causal entre polarização e concentração geográfica, referindo que polarização “*é o processo pelo qual o crescimento de uma actividade económica dita propulsora põe em movimento o crescimento de outras actividades económicas pelo canal das economias externas*” (in Hansen, 1977: 186).

A teoria proposta por Boudeville explica o impacto do desenvolvimento provocado pela existência de pólos de desenvolvimento localizados em espaços geográficos, mas não é uma teoria de localização que explique, por si só, onde se situam os pólos de crescimento funcional, no espaço geográfico, agora ou no futuro. Assim, “*um pólo de desenvolvimento não é o equivalente de uma indústria chave, de uma base económica, de uma zona industrial ou de qualquer fenómeno geograficamente concentrado*” (Hansen, 1977: 181). Para proceder a esta explicação, a teoria dos pólos de crescimento deve atender às teorias de localização, dentro das quais a teoria do lugar central é aquela que pode dar um maior contributo devido ao facto de analisar a organização da actividade humana no espaço geográfico. A teoria do lugar central conduz ao estabelecimento de uma hierarquia urbana a que corresponde uma hierarquia de funções centrais.

Complementarmente, a teoria do lugar central não explica o desenvolvimento, pois é uma teoria estática que analisa a existência de determinados padrões e não como esses padrões evoluem. Desta forma, necessita recorrer à teoria dos pólos de crescimento por forma a incorporar o elemento dinâmico de análise.

A teoria do lugar central trata apenas com *clusterings* no espaço geográfico, enquanto a teoria dos pólos de crescimento localizados trata simultaneamente com o espaço funcional (organizacional e industrial) e o espaço geográfico, tentando projectar de que forma mudanças no espaço funcional se repercutem no espaço geográfico.

Existem diversos tipos de centros que facilitam o desenvolvimento da alta tecnologia (Worthington, in Barquero, 1993): centros de inovação, parques científicos, parques tecnológicos, parques de negócios, parques industriais melhorados. Para além destes, podem-se ainda distinguir os tecnopólos franceses e as *tecnopolis* japonesas. Estes centros catalíticos de inovação desempenham um importante papel como promotores da intensificação da cooperação entre a indústria e a universidade, conduzindo verdadeiramente ao desenvolvimento económico regional/local.

4. ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL EM PORTUGAL

A responsabilidade pela criação, promoção, comercialização e gestão corrente de parques empresariais tem sido, na maior parte dos municípios, assumida pelo próprio poder autárquico, que dada a inadequação das suas estruturas e multiplicidade de responsabilidade e funções que desempenha, tem vindo a assumir estratégias pouco orientadas para o mercado e para a valorização dos factores considerados pelo tecido empresarial como sendo os determinantes da atractividade

dos empreendimentos de acolhimento de actividades empresariais. A eficiência da gestão de parques empresariais e o sucesso das estratégias de atracção de investimento municipais estão directamente dependentes das características pessoais de indivíduos concretos e não da qualidade das organizações, isto é, resulta frequentemente do empenhamento, dinamismo e capacidade pessoal dos autarcas e não da *performance* de entidades constituídas para o efeito ou da qualidade dos modelos jurídicos e de gestão definidos como objectivos empresariais.

O facto de a política de ordenamento, atracção e localização de actividades empresariais ser, na maioria dos casos, concebida à escala concelhia, tem prejudicado o desenvolvimento de uma atitude cooperativa entre municípios, que, em vez de conceberem, criarem e promoverem uma oferta integrada de localização empresarial, constituída por vários tipos de alternativas materializadas em empreendimentos de acolhimento empresarial com diferentes perfis funcionais, níveis de infraestruturização e serviços de apoio, em que a capacidade de atracção de investimento da rede é maior do que a soma das suas partes e em que a intermediação com investidores se concentra numa só entidade que defende os interesses de uma região, acabam por entrar em jogos de forte concorrência entre os municípios, inteligentemente explorados pelos investidores que deste modo esmagam as vantagens competitivas dos concelhos.

5. A ZONA INDUSTRIAL E O CONCELHO DE CASTELO BRANCO

O concelho de Castelo Branco situa-se, em termos de NUTS III, na Beira Interior Sul e possui uma área de 1.440 km² para um total de 25 freguesias. A densidade populacional era de 39 hab./km² e a população residente em 2001 era de 55.708 pessoas³.

Historicamente, a estrutura económica do concelho de Castelo Branco assenta no sector primário, designadamente nas culturas cerealíferas e na olivicultura. Nas últimas décadas, fruto da política agrícola nacional e europeia, do facto de esta ser uma actividade pouco atractiva para os jovens e, principalmente, do processo de terciarização da economia e da aposta dos diferentes municípios em captar investimentos *empresarias*, este padrão produtivo alterou-se significativamente.

A cidade de Castelo Branco tem sofrido uma modificação bastante acentuada: de centro urbano dotado essencialmente de equipamento e funções administrativas, com poucos atractivos em termos de emprego e fixação de pessoas, para um centro polarizador de pessoas e de actividades económicas. Esta modificação resultou de (Neves et alli, 1999):

- forte dinâmica de criação de emprego, na rota da iniciativa autárquica de oferecer solo infraestruturado a preços simbólicos acompanhada de apoio efectivo à instalação de novas unidades produtivas, locais e exógenas; este esforço levou ao surgimento de novas necessidades relativas a comércio e serviços, ao sector imobiliário e ao fornecimento, apoio e utilização de matérias/produtos às/das empresas sediadas na ZICB;
- localização de novos serviços (nomeadamente públicos) que se traduziram em novas competências ao nível de apoio à actividade económica, reforçando também a polarização em direcção a Castelo Branco;
- instalação de unidades de ensino (público e privado) e de formação profissional que contribuíram: por um lado, para o reforço da oferta de valências que satisfazam expectativas de progressão escolar e expectativas empresariais em termos de qualificação; por outro lado, os fluxos populacionais decorrentes da instalação de unidades de educação e qualificação dinamizou consideravelmente o sector terciário e o mercado imobiliário.

³ Fonte: INE, Censos 2001.

O concelho passou de um estado de desertificação para se tornar um pólo de atracção pela crescente melhoria de vida e de bem estar, num processo de desenvolvimento sustentado e cujos efeitos se multiplicam na região e nos concelhos vizinhos.

Um factor contributivo especialmente saliente tem sido a ZICB, cuja criação remonta a 1980 e que se encontra hoje consolidada em termos económicos e sociais. A primeira fase da ZICB (158 ha situados na saída Sul da cidade) encontra-se concluída, tendo-se já passado à segunda fase, através da expansão por mais 122 ha a sul do actual espaço.

A ZICB começou por ser uma zona de implantação de empresas de carácter industrial, que cresceu um pouco desordenada em termos de organização espacial das actividades, em termos da oferta de serviços de apoio e em termos de serviços de excelência. A ZICB surgiu com o objectivo de incentivar a fixação de unidades industriais que permitisse combater a desertificação demográfica, através da oferta de terrenos infra-estruturados, com custo simbólico, e que tinha algumas particularidades, como o facto do terreno não se encontrar loteado e seriam as próprias indústrias, em função das necessidades, que “construiriam” o seu lote de localização.

As lacunas referidas anteriormente, essenciais nos dias que correm relativamente à competição pelos investidores, parecem ter sido ultrapassadas na execução do processo de ampliação de ZICB, onde foi previsto um conjunto de infraestruturas e serviços dimensionados às exigências previsionais, como por exemplo, jardins de infância/ocupação de tempos livres, um parque de pesados, um centro de incubação de empresas e um mercado abastecedor.

O novo espaço industrial da cidade de Castelo Branco será uma Área de Localização Empresarial (ALE), com um novo modelo de gestão que reúna valências ao nível da estratégia e da organização espacial, da atribuição de lotes e de políticas de promoção e divulgação da ALE.

A ZICB emprega, actualmente, 4.136 trabalhadores que operam em 141 empresas/estabelecimentos localizados. Os lotes estão praticamente todos vendidos e a ZICB apresenta uma efectividade de utilização do espaço de cerca de 75% da área dos lotes.

Em termos de actividades localizadas, a diversificação existente é, de alguma forma, uma garantia de sobrevivência a turbulências económicas. O processo de diversificação tem-se vindo sistematicamente a acentuar ao longo dos anos, coexistindo empresas de quase todos os ramos de actividades económicas. A predominância do emprego reside nas indústrias transformadoras (cerca de 68% do total do emprego). É importante o papel do sector de Produtos Metálicos e Máquinas, devido, sobretudo, ao potencial de arrastamento de uma grande unidade fabril. Regista-se também uma forte implantação no sector terciário, nomeadamente ao nível do Comércio, e do sector da Construção, também particularmente dinâmico. Quanto ao número de empresas/estabelecimentos, predomina o sector de comércio (53% das empresas existentes). Outras actividades predominantes são as confecções, enquanto o subsector do frio se tornou também importante, sendo que este sector dispõe de um laboratório tecnológico (único no país) que garante a qualidade dos equipamentos de refrigeração e climatização.

Actualmente, existe uma estrutura empresarial relativamente diversificada, com a presença de vários ramos do sector secundário e um sector terciário dinâmico, o qual concentra o maior número de empresas.

O retrato actual do tecido produtivo na ZICB espelha, assim, os fenómenos de recomposição sectorial verificados, que corporizam dinâmicas industriais recentes com capacidade de atracção do investimento exterior e com fortes impactos no mercado de trabalho local. Actualmente, constata-se que a estrutura económica do concelho de Castelo Branco assenta nos seguintes vectores:

- Um sector agrícola que tem apostado na modernização e na valorização dos produtos regionais, principalmente na olivicultura e na exploração agro-pecuária (campina albicastrense).

- Um sector industrial que tem evidenciando um grande dinamismo onde se destacam alguns sectores:
 - as indústrias agro-alimentares, ligadas à valorização dos produtos regionais, como a transformação de cereais, os lacticínios, os enchidos, etc;
 - o sector dos produtos metálicos e máquinas que cresceu e se consolidou, existindo um conjunto diversificado de empresas na fileira metálica (incluindo os ramos de componentes para automóveis, as construções metálicas e as serralharias) e no sub-sector do frio, onde se destaca a existência em Castelo Branco da principal empresa industrial do sector existente em Portugal; neste sub-sector existem ainda outras unidades, ao nível da produção/instalação, p.e., produção de equipamentos para conservação alimentar, montagem e comercialização de equipamentos de frio e produção de compressores para a indústria de frio.
- Um sector da construção civil e obras públicas com uma dinâmica positiva, não só pelo número de postos de trabalho que tem criado, mas também pelo número de estabelecimentos existentes, dinâmica esta que resultou da conjugação da procura para efeitos habitacionais, mas também de um forte dinamismo das obras públicas.
- Um sector de comércio que registou nos últimos anos um forte crescimento, acompanhando a consolidação das áreas urbanas e o desenvolvimento económico, onde coexiste uma oferta de lojas tradicional, pouco qualificada, a par de uma oferta mais sofisticada dirigida a segmentos específicos e onde se observa um crescente esforço de qualificação e diversificação.
- Um sector dos serviços também em crescimento e consolidação que conjuga actividades de natureza económica (serviços e apoio às empresas, actividades financeiras, e imobiliárias, banca e seguros, transportes, alojamento e restauração, etc.) com actividades de natureza social (educação, saúde, acção social, etc.). Esta é, no entanto, uma área económica que pode e deve ser explorada na medida em que se constata uma relativa “*sub-especialização do Distrito ao nível das actividades terciárias designadamente nos serviços de apoio à actividade empresarial*” (Madruga, 2000: 33).
- Um sector turístico com potencial de crescimento, mas que necessita de ser valorizado, através do aumento e qualificação da oferta e da aposta na promoção e divulgação dos recursos existentes.

Não obstante o dinamismo empresarial que o concelho tem observado nos últimos anos, a estrutura empresarial apresenta algumas fragilidades, nomeadamente:

- uma forte presença de estabelecimentos de muita pequena dimensão, representando as micro-empresas a maioria das unidades existentes, quase sempre de natureza familiar e com baixa capacidade financeira para investir;
- uma perfil de especialização que tem como factores-chave de competitividade os baixos custos de trabalho;

O concelho de Castelo Branco apresenta, na realidade do Interior de Portugal, uma situação particularmente favorável, quer em termos de infra-estruturas, quer em termos de equipamentos. A crescente melhoria da rede de infra-estruturas, além de trazer à população residente um acréscimo permanente da sua qualidade de vida, contribui também, de forma muito significativa, para o incremento da atractividade do concelho: novos residentes; visitantes; e investimentos produtivos.

No mapa da oferta actual de infra-estruturas e de equipamentos, o concelho de Castelo Branco tem vindo a melhorar a sua atractividade, corrigindo gradualmente um posicionamen-

to periférico no contexto nacional, todavia, com alguma centralidade no contexto ibérico, devido à sua relativa proximidade à fronteira. A melhoria das acessibilidades resultante dos investimentos realizados nos últimos anos e perspectivados para o curto/médio prazo, determinam uma redução da distância do concelho aos principais centros nacionais e ao litoral, mas também a Espanha, sendo de referir a existência de uma posição estratégica junto à fronteira e a proximidade relativa a Madrid.

Neste sentido, a concretização do IP2 e do IP6 (A23) constitui um importante trunfo para o potencial locativo da região, porque reduz as distâncias económicas, estruturando e potenciando bacias de emprego mais amplas, facilitando a instalação em toda a região de serviços avançados (pelo aumento da procura em virtude do alargamento da área de influência) e alargando os mercados de bens e serviços.

A nível ferroviário, o distrito é atravessado pela Linha da Beira Baixa que serve o concelho de Castelo Branco. A linha está a ser modernizada e electrificada até à Covilhã, não existindo, no entanto, ligação directa quer com o Litoral, quer com Espanha.

O acesso ao gás natural é, também, possível através da infra-estrutura que atravessa o distrito, sendo que a construção de redes permitirá uma taxa de cobertura aos sectores da indústria e dos serviços próxima de 75% do consumo previsual. A oferta desta fonte energética na região possibilita ao sector empresarial o acesso a uma fonte de energia mais económica, mais ecológica, que permite um maior rendimento energético (portanto, menor consumo), uma redução de custos de laboração e de manutenção, uma evicção ou redução de penalizações ambientais (actuais e futuras) e o acesso a mercados de exportação que exijam Certificado Ambiental, tornando as empresas de toda a região mais competitivas.

O concelho de Castelo Branco tem apostado na diversificação e aumento da qualidade dos diversos equipamentos colectivos e serviços de apoio às famílias, existindo uma oferta diversificada quer de equipamentos desportivos, recreativos e culturais, que permitem a prática de diversas modalidades desportivas e a realização de actividades de carácter cultural e recreativo, quer de estruturas de saúde e de assistência social.

7. DOMÍNIOS DE COMPETITIVIDADE

No contexto actual de crescente globalização, o território surge como um agente do processo de desenvolvimento, na medida em que a respectiva dotação e o tipo de factores locativos que alberga, a par da forma como são conjugados esses diferentes factores e são geradas externalidades produtivas para as empresas, influenciam de modo determinante os padrões de competitividade. Neste sentido, o desenvolvimento económico de uma região assenta na procura de resposta, nomeadamente, a dois desafios:

- *“desenvolvimento de novos factores de atracção e conservação da localização de actividades económicas estruturantes, onde as infra-estruturas de afirmação do conhecimento, do saber e da experiência ganham relevo;*
- *implantação de redes e formas de flexibilidade e excelência produtiva e organizacional onde a qualificação dos recursos humanos se articula com o desenvolvimento tecnológico e a inovação”.*

(Madruga, 2000:56)

O concelho de Castelo Branco depara-se com um conjunto de características que condicionam ou potenciam a sua competitividade, as quais devem ser tidas em consideração em qualquer estratégia de desenvolvimento definida. Seguidamente sintetizam-se as principais características do concelho face a um conjunto de domínios-chave para a competitividade.

- Localização: centralidade ibérica que, no contexto actual de reconfiguração das lógicas espaciais de funcionamento da economia e dos padrões de mobilidade, cria

- condições favoráveis ao relacionamento com a sua envolvente externa, nacional e espanhola; no entanto, existe a necessidade de um reforço das acessibilidades a nível nacional e internacional, e também a nível intra-regional.
- Rede urbana: progressiva consolidação do Arco Urbano do Centro Interior (AUCI), com uma crescente integração territorial e económica do eixo Castelo Branco/Fundão/Covilhã e aumento da capacidade de funcionamento em rede.
 - Património ambiental, paisagístico e cultural: riqueza e diversidade de património natural e construído que, para além de contribuir para um aumento da qualidade de vida e para uma maior capacidade de fixação de população, permite a criação de actividades económicas vocacionadas para a exploração desses recursos, como o turismo.
 - Dinamismo sócio-demográfico: apesar da tendência de envelhecimento e de perdas populacionais nas áreas mais rurais, existe um crescente protagonismo do principal centro urbano, que demonstra uma assinalável capacidade de retenção demográfica e de actividades; deve, contudo, ser privilegiada uma lógica de funcionamento em rede que maximize efeitos de desenvolvimento, sinergia e complementaridade.
 - Recursos Humanos: crescente aumento dos níveis de habilitações e qualificações da mão-de-obra, existindo, contudo, necessidade de uma maior aposta na articulação das competências dos recursos humanos com as necessidades do tecido empresarial.
 - Tecido empresarial: estrutura económica diversificada, que alia um conjunto de sectores assentes em saberes-fazer tradicionais, com sectores modernos e muito especializados.
 - Educação: presença de um conjunto diversificado de instituições de ensino superior e de formação profissional, que permitem a existência de recursos humanos qualificados.
 - Serviços de apoio: forte densidade institucional que contribui, quer para estruturar o mercado de emprego, quer para o desenvolvimento da iniciativa empresarial e qualificação do emprego, quer, ainda, para a promoção do desenvolvimento regional.
 - Equipamentos de apoio: existência de vários e diversificados equipamentos de apoio à actividade económica (pavilhões de exposições/feiras, zonas industriais, etc.) que contribuem para reforçar o desempenho e a promoção do tecido empresarial local.

Face a estas características a competitividade do concelho de Castelo Branco dependerá, de modo predominante, dos seguintes factores:

- Capacidade de qualificação e dinamização dos seus factores locativos, nomeadamente a proximidade, a dois níveis: interno (com a conclusão do IP2 e sua ligação ao IP6 – A23); e externo (acentuando a proximidade a Espanha).
- Implementação de medidas e acções de infra-estruturação do território, contribuindo para uma maior atractividade do concelho.
- Aproveitamento, por parte das empresas regionais, da localização favorável face a mercados de escoamento.
- Apropriação dinâmica dos pólos de excelência existentes nos domínios da formação escolar e profissional, da assistência técnica às empresas, da promoção do investimento e da presença nos mercados externos.
- Aproveitamento dos seus recursos naturais e do património histórico e cultural.
- Requalificação urbana, como incentivo à fixação de residentes e ao incremento da qualidade de vida.

8. NOTAS CONCLUSIVAS

As perspectivas de desenvolvimento do concelho de Castelo Branco dependem, assim, em larga escala, da capacidade que os diferentes actores (autárquicos, institucionais, associativos, económicos, ...) tiverem na mobilização/exploração/consolidação dos factores de competitividade regional.

Neste aspecto concreto, Castelo Branco destaca-se pela presença de empresas de sectores específicos, que pela sua dimensão e importância se mostram capazes de potenciar processos de crescimento ou de especialização do sector produtivo, promovendo o desenvolvimento de actividades complementares que a jusante e/ou a montante da cadeia de valor venham completar e fortalecer fileiras produtivas. Esta dinâmica empresarial tem evidenciado efeitos multiplicadores ao nível de toda a economia do concelho que deste modo tem vindo a reforçar a qualidade e variedade da oferta comercial e de serviços de apoio às actividades empresariais.

Assim, esta dinâmica empresarial, com um sólido apoio em empresas e em sectores competitivos, como o sub-sector do frio e outros relacionados (produção de equipamentos para conservação alimentar e produção de compressores), a indústria agroalimentar, o sector dos produtos metálicos e máquinas incluindo os ramos de componentes para automóveis, as construções metálicas e serralharias ou o sector das confecções, constitui um importante factor de atracção de investimento empresarial e um meio nutritivo capaz de potenciar o surgimento de actividades e processos inovadores, tecnologicamente avançadas e que podem constituir importantes factores de reforço da competitividade do tecido produtivo e da atractividade da região enquanto potencial destino de investimento empresarial.

Em relação à Zona Industrial de Castelo Branco, dada a sua dimensão e diversidade de sectores representados através de dezenas de empresas, os mercados com potencial de atracção de investimento são diversos. No entanto, o reforço do potencial de atracção de investimento do empreendimento passa pela criação de condições para o desenvolvimento de actividades e serviços logísticos de apoio às actividades empresariais instaladas. Importa ainda que sejam encetados esforços no sentido de aproximar a actividade das instituições de ensino e formação profissional da actividade do tecido produtivo de modo a melhorar e adequar a formação ministrada às necessidades efectivas das empresas e de modo a agilizar o relacionamento entre as empresas e as escolas e centros de formação.

BIBLIOGRAFIA

- ROMUS, Paul (1990). *L'Europe Regionale* (Bruxelas: Editions LABOR).
- GUESNIER, Bernard (1998), *Millieu innovateur et développement regionale* (Université de Poitiers: Institut d'Economie Regionale).
- LOPES, A. Simões (1984). *Desenvolvimento Regional - Problemática, Teoria e Modelos*, 2.ª edição (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian).
- PERRIN, Jean-Claude (1974). *Le développement régional*, collection Sup (Paris: PUF).
- SOARES, M.ª Cândida (1974). *Aspectos do desenvolvimento regional sócio-económico*, série Estudos, n.º 26 (Lisboa: Gabinete do Ministério do Trabalho).
- ISARD, Walter (1956). *Location and space economy* (Cambridge: MIT Press).
- BOUDEVILLE, Jacques-R. (1970). *Les espaces économiques*, 3^{ème} edition (Paris: PUF).
- PAELINCK, Jean (1985). *Éléments d'économie spatiale* (Genève-Paris: Economica).
- PERROUX, François (1991). *L'économie du XXème siècle* (Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble).
- MAILLAT, Denis e VASSEROT, Jean-Yves (1986). *Les milieux innovateurs: le cas de l'arc jurassien* (Neuchâtel: Institut de Recherches Économiques et Régionales).

- PONSARD, Claude (1988). *Analyse économique spatiale* (Paris:PUF).
- HERMANSEN, Tormod (1972). *Development poles and development centres* in Kuklinski (Ed.), *Growth poles and growth centres in regional planning* (The Hague: Mouton & Co.).
- BLAKELY, Edward J. (1994). *Planning Local Development - Theory and Practice*, 2nd edition (Thousand Oaks: Sage Publications).
- GAFFARD, Jean-Luc (1990). *Économie industrielle et de l'innovation* (Paris: Dalloz).
- CAMAGNI, Roberto (1991). *Introduction: from the local "milieu" to innovation through cooperation networks* in Camagni (Ed.), *Innovation Networks - spatial perspectives* (GREMI, Belhaven Press).
- STHÖR, Walter (1986). *La politique japonaise des technopoles: innovation technologique et institutionnelle* in Federwisch e Zoller, *Technologie et ruptures régionales* (Paris: Economica).
- HANSEN, Niles (1977). *Teoria dos pólos de desenvolvimento num contexto regional*, *Economia política do desenvolvimento*, série CEDEP, vol. 6 (Lisboa: ISE).
- BARQUERO, António V. (1993). *Política Económica Local* (Madrid: Piramide).
- NEVES, A. Oliveira (1999). *Emprego e Formação no Arco Urbano do Centro Interior, Relatório Final* (NERCAB).
- MADRUGA, Paulo (2000). *Estrutura empresarial do distrito de Castelo Branco* (NERCAB)
- LAJUGIE, Joseph et alli (1985). *Espace régional et aménagement du territoire*, 2.^{ème} edition (Paris: Dalloz).
- RICHARDSON, Harry W. (1986). *Economía regional y urbana* (Madrid: Alianza Editorial).